



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA BAHIA  
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO-CAMPUS XIV  
CURSO LÍNGUA PORTUGUESA COM  
HABILITAÇÃO EM LETRA E LITERATURAS**

**KLEBER GOMES TRABUCO**

**A educação de jovens e adultos e o ensino da Língua Portuguesa.**

Conceição do Coité  
2017

**KLEBER GOMES TRABUCO**

**A educação de jovens e adultos e o ensino da Língua  
Portuguesa.**

Monografia apresentada ao Departamento de Educação, *Campus XIV*, Curso de Letras com Habilitação em Língua Portuguesa e Literaturas – Licenciatura da Universidade do Estado da Bahia (UNEB), como instrumento da avaliação final do Componente Curricular: Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) para obtenção do grau de Licenciada.

Orientadora: Profa. Juréia Maria Ferreira da Silva.

Conceição do Coité  
2017

**KLEBER GOMES TRABUCO**

**A educação de jovens e adultos e o ensino da Língua Portuguesa.**

Conceição do Coité, 29 de novembro de 2017.

Banca examinadora

---

Prof. Juréia Maria Ferreira da Silva  
Universidade do Estado da Bahia – UNEB (Orientadora)

---

Prof. Paulo de Tarso  
Universidade do Estado da Bahia – UNEB (Convidado)

---

Prof. Joselita Alves  
Universidade do Estado da Bahia – UNEB (Convidada)

*[...]. Se, na verdade, não estou no mundo para simplesmente a ele me adaptar, mas para transformá-lo; se não é possível mudá-lo sem um certo sonho ou projeto de mundo, devo usar toda possibilidade que tenha para não apenas falar de minha utopia, mas participar de práticas com ela coerentes.  
( Freire, 2000, p.33.).*

À meus pais,

À meu filho,

A minha esposa,

À minha família,

Aos meus Mestres,

aos meus colegas,

Por todo apoio.

## AGRADECIMENTOS

Chegar até aqui não foi fácil e se hoje comemoro essa conquista, devo aqueles que estiveram ao meu lado em todos os momentos.

Agradeço primeiramente a Deus, que me guiou nessa longa caminhada.

À vocês meus pais, José Admilson e Conceição, pois de vocês recebi o dom mais precioso do universo: a vida. Mas vocês não se contentaram em presentear-me apenas com ela, revestiram-me de amor, carinho e dedicação, abriram a porta do meu futuro com o estudo, trabalharam e sacrificaram os seus sonhos em favor dos meus.

Agradeço a minha querida esposa, Daiara, que de forma especial e carinhosa me deu força e coragem, me apoiando nos momentos mais difíceis.

Agradeço, a meu amado filho Kleber Yuri, que embora não tivesse conhecimento disto, iluminou de maneira especial os meus pensamentos me levando a buscar mais conhecimentos.

Aos meus irmãos Kelly e Klever pelo carinho, compreensão e pela grande ajuda.

Aos meus amigos e colegas de curso, pela cumplicidade, ajuda e amizade.

Ao projeto de Iniciação a docência (PIBID), coordenado pela professora Obidalia Ferraz e Janine Fontes , que juntamente com os alunos do Colégio Estadual Antonio Bahia , me orientou e estimulou a seguir a carreira docente.

Agradeço também a todos os professores que me acompanharam durante a graduação, particularmente, a algumas pessoas pela contribuição direta na construção deste trabalho:

A minha orientadora Juréia pelas inúmeras contribuições, disponibilidade, paciência e credibilidade no meu trabalho.

Ao professor Luiz Valverde que por motivos maiores e particulares não pode continuar com dedicação na realização desse trabalho.

Aos professores Paulo de Tarso e Dejair que auxiliaram na estruturação desse trabalho.

Enfim, agradeço a todos que direta ou indiretamente contribuíram de alguma forma nesta jornada importantíssima da minha vida.

**Resumo:** O presente trabalho tem como tema: O Ensino de Língua Portuguesa na Educação de Jovens e Adultos. Consiste numa pesquisa de cunho bibliográfico, que tem como objetivo refletir a importância do ensino de língua portuguesa nas turmas de EJA. Desse modo, busca-se fazer uma breve retrospectiva histórica da EJA, e do perfil do educando e do educador dessa modalidade de ensino. A fundamentação teórica é elaborada através de estudos envolvidos nos procedimentos pedagógicos da Língua portuguesa na sala de aulas das turmas de EJA, para isso, tornou-se fundamental a teorias de: ARANHA (1996); ARROYO (2005); CHARLOT (2000); CURY (2002); DEMO (2002); FREIRE (2002); GADOTTI (2008); GHIRALDELLI JR. (2008); HADDAD E DI PIERRO (2000); MASAGÃO (1999); MOACIR (2000) SENNA (2003); SOARES (2002); WERNECK (1999) entre outros. Por fim, busca-se ponderar de como o ensino de Língua Portuguesa está sendo trabalhado na sala de aula e compreender que nas turmas de EJA a avaliação precisa ser contínua, levando em consideração o conhecimento cognitivo dos educandos.

**Palavras-chave:** EJA. Língua Portuguesa. Ensino.

**Abstract:** The present work has the theme: The Teaching of Portuguese Language in the Education of Young and Adults. It consists of a bibliographical research, whose objective is to reflect the importance of Portuguese language teaching in the EJA classes. In this way, we seek to make a brief historical retrospective of the EJA; the profile of the educator and the educator of this modality of teaching. The theoretical basis is elaborated through studies developed in the pedagogical procedures of Língua portuguesa in the classroom of the classes of EJA, for this, it became fundamental to theories of: ARANHA (1996); ARROYO (2005); CHARLOT (2000); CURY (2002); DEMO (2002); FREIRE (2002); GADOTTI (2008); GHIRALDELLI JR. (2008); HADDAD AND DI PIERRO (2000); MASAGÃO (1999); MOACIR (2000) SENNA (2003); SOARES (2002); WERNECK (1999), among others. Finally, it is sought to ponder about how language teaching is being worked in the classroom and understand that in the EJA classes the assessment needs to be continuous taking into account the learners cognitive knowledge.

**Keywords:** EJA. Portuguese language. Teaching.

## SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO.....</b>	<b>09</b>
<b>2. PERCEPÇÃO DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS .....</b>	<b>11</b>
2.1 Um breve histórico sobre a educação de jovens e adultos.....	12
2.2 Contexto sócio histórico cultural dos educandos da educação de jovens e adultos.....	17
2.3 As relações professor – aluno - comunidade escolar na educação de jovens e adultos.....	21
<b>3. REFLETINDO SOBRE O ENSINO DE LÍNGUA PORTUGUESA NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS.....</b>	<b>25</b>
3.1 O papel do professor de língua portuguesa da educação de jovens e adultos.....	25
3.2 Procedimentos pedagógicos no ensino de língua portuguesa.....	29
<b>4. METODOLOGIA.....</b>	<b>34</b>
<b>5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>35</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>36</b>

## 1. INTRODUÇÃO

A Educação de Jovens e Adultos (EJA), no Brasil, surge como uma modalidade de ensino que foi criada pela grande necessidade de oferecer uma chance a mais na vida de pessoas que por algum motivo não tiveram acesso ao estudo. Deste modo, sua tarefa é estimular jovens e adultos e lhes proporcionar o acesso à sala de aula.

Não podemos esquecer que é dever do Estado garantir a educação pública àquelas pessoas que não tiveram acesso à educação quando crianças ou jovens, permitindo que todos tenham a oportunidade de estudar. No Título III da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) – Do Direito à Educação e do Dever de Educar, observa-se a garantia do ensino a todos os cidadãos por meio de programas como EJA, garantindo a educação àqueles indivíduos, independente de sua raça, cor, sexo, ou condição social.

Tendo em vista o perfil dos alunos dessa modalidade de ensino e os dramas enfrentados por eles, é importante se pensar em um ensino de Língua Portuguesa que valorize o conhecimento desses alunos da EJA. É evidente que o professor de Vernáculos não abandonará os conteúdos da disciplina, o mas contempla os conhecimentos linguísticos desses sujeitos.

Diante desse contexto, o educador da EJA deve propor um ensino de Língua Portuguesa que almeje resgatar a cidadania do indivíduo, bem como sua autoestima e também o interesse de participar da sociedade a partir da promoção de situações que desenvolvam o pensamento crítico e reflexivo, sem deixar de considerar os conhecimentos e habilidades que esses sujeitos dispõem, adquiridos de maneira espontânea, em suas experiências acumuladas cotidianamente na comunidade onde vivem e nos espaços de trabalho.

Logo, o “encantamento” por essa pesquisa, surgiu através do programa de iniciação a docência (PIBID) no colégio Antonio Bahia – na sede do município de Conceição do Coité - coordenado pela professora Obdália Ferraz e Janine Fontes. Nessa escola, percebi a grande dificuldade dos alunos da EJA em compreender a Língua Portuguesa exposta pelo professor em sala de

aula. Evidenciei, além dos traumas desses alunos, os desafios impostos aos professores, especialmente aos de Língua Portuguesa. Nesse contexto, viu-se a necessidade de um trabalho que reconhecesse a importância da Língua Portuguesa, especialmente nas turmas de EJA

Deste modo, propus-me a investigar se o ensino de língua portuguesa nas turmas de EJA deve se limitar às normas impostas pela gramática normativa ou promover reflexões que resgate a cidadania dos educandos e os tornem sujeitos reflexivos e críticos na sociedade.

Diante da problemática existente, vale salientar que os educandos da EJA, além de terem um conhecimento de mundo, já fizeram parte desse universo escolar. Mas algum motivo os fez desistir de estudar na faixa etária adequada e outros pretextos também os fizeram retornar a escola depois de muitos anos.

Não podemos perder de vista o papel do professor, especialmente de Língua Portuguesa, para a formação e permanência desses alunos da Educação de Jovens e Adultos. Assim sendo, os educadores, para fazer parte do corpo docente da EJA, devem ter uma formação inicial, além de contribuir de forma relevante para o crescimento intelectual do indivíduo, realizando o exercício da cidadania no qual os alunos vai poder expressar todo seu aprendizado no dia a dia de forma mais prática, seja no trabalho ou até mesmo em casa.

Por esta razão, a Monografia busca fornecer dados relevantes sobre o ensino de Língua Portuguesa nas turmas de Jovens e Adultos. Através de uma pesquisa bibliográfica nesse contexto, o trabalho está estruturado em cinco seções. A primeira seção corresponde à introdução do trabalho.

Na segunda seção, Percepção da educação de jovens e adultos apresentando brevemente a história da Educação de Jovens e Adultos na educação brasileira, e o perfil dos educandos e professores dessa modalidade. A partir desse contexto, o primeiro item, “Um breve histórico sobre a educação de jovens e adultos” propôs abordar como surgiu essa modalidade de ensino no Brasil e os desafios e conquistas dessa mesma ao longo dos anos. No segundo item, “Contexto sócio histórico cultural dos educandos da educação de jovens e adultos”, apresento os sujeitos que procuram a escola para dar continuidade à vida escolar, desse modo busco adentrar na história

socilcultural desses educandos para podermos conhecer os motivos que os levaram a desistir da escola regular. No terceiro item, “O Professor da Educação de Jovens e Adultos,” procuro demonstrar que o educador da Educação de Jovens e Adultos é um mediador do ensino e das vivências dos seus educandos. Como embasamento teórico dessa seção, foram utilizadas as teorias de: ARANHA (1996); ARROYO (2005); CHARLOT (2000); CURY (2002); DEMO (2002); FREIRE (2002); GADOTTI (2008); GHIRALDELLI JR. (2008); HADDAD E DI PIERRO (2000); MASAGÃO (1999); MOACIR (2000) SENNA (2003); SOARES (2002); WERNECK (1999).

Na terceira seção, refletindo sobre o ensino de Língua Portuguesa na educação de jovens e adultos, proponho uma análise bibliográfica do ensino de Língua portuguesa nas turmas de EJA. Assim, o primeiro item, “O papel do professor da educação de jovens e adultos”, tem como proposta especular sobre a função do professor, especialmente o de Língua Portuguesa, nas turmas de EJA. No segundo item, “Procedimentos pedagógicos no ensino de Língua Portuguesa”, sugere ao professor de Língua Portuguesa nas turmas de EJA que o ensino da gramática normativa pode se dar de forma contextualizada e explorando a competência linguísticas dos seus educandos. Para tanto, fez-se necessário a fundamentação teórica de: ALMEIDA ( 2000); ANTUNES (2005); BAGNO (1999 e 2003); CHARTIER (1996); JATOBA (1999); LEMOS (1999); MARCUSCHI (2001); SILVA (2002); SOUSA & CUNHA (2010);

Na quarta seção falo sobre a metodologia teórica de cunho bibliográfico, com o intuito de verificar o método e a didática aplicada na sala de aula, assim com a visão dos educadores e dos educandos diante dessa práxis, identificando os recursos adotados no processo de ensino-aprendizagem nessa educação

Na quinta seção, buscou-se tecer considerações finais acerca de tudo o que foi discutido durante toda a trajetória do trabalho sob A Educação de Jovens e Adultos e o Ensino de Língua Portuguesa

## 2. Percepção da educação de jovens e adultos

Essa seção tem como proposta, fazer uma retrospectiva histórica acerca da Educação de Jovens e Adultos. Isto é, conhecer o perfil dos alunos que frequentam esse tipo de ensino e o papel do professor da Educação de Jovens e Adultos.

## 2.1 Um breve histórico sobre a educação de jovens e adultos.

A Educação de Jovens e Adultos (EJA) é uma modalidade de ensino nas etapas fundamental e médio da rede escolar pública brasileira. Nela, encontram-se os jovens e adultos que não completaram os anos da educação básica em idade apropriada, por diversos motivos, entre os quais, é frequente a menção da necessidade de trabalho e participação na renda familiar desde a infância.

No período colonial brasileiro, as poquíssimas escolas existentes eram exclusivamente criadas para atender às demandas educativas dos filhos dos senhores donos de terras. As classes mais pobres não tinham acesso a instrução escolar e quando a recebiam era de forma indireta. Desse modo, durante essa época no Brasil, não houve uma educação voltada para a alfabetização de jovens e adultos. A respeito da educação brasileira durante o período colonial, Ghiraldelli Jr. (2008, p. 24) afirma que:

A educação escolar no período colonial, ou seja, a educação regular e mais ou menos institucional de tal época, teve três fases: a de domínio dos jesuítas; a das reformas do Marquês de Pombal, principalmente a partir da expulsão dos jesuítas do Brasil e de Portugal em 1759; e a do período em que D. João VI, então rei de Portugal, trouxe a corte para o Brasil (1808-1821).

Nesse contexto, o ensino dos jesuítas tinha como propósito não apenas a transmissão de conhecimentos escolares, mas a propagação da fé cristã, principalmente para a população indígena, considerada como sem fé e sem alma. Com a expulsão dos jesuítas, foram criados novos métodos de ensino, as reformas realizadas no ensino durante a era de Pombal voltaram-se exclusivamente para os interesses do Estado. Entretanto, com

a chegada da família Real ao Brasil, a educação perdeu o seu foco. Segundo Dermeval Saviani.

[...] A escola surge como um antídoto à ignorância, [...] Seu papel é difundir a instrução, transmitir os conhecimentos acumulados pela humanidade e sistematizados logicamente. [...] A escola se organiza como uma agência, [...] O mestre-escola será o artífice dessa grande obra (SAVIANI, 1983, p.5).

No Brasil, o discurso sobre a Educação popular surge após a Proclamação da Independência do Brasil onde foi outorgada a Primeira Constituição Brasileira. No artigo 179 da Constituição ficou estabelecido que a “instrução primária era gratuita para todos os cidadãos”. No entanto, mesmo o ensino sendo gratuito não favoreceu as classes pobres, pois essas não tinham acesso à escola, ou seja, a escola era um direito de todos, porém, inacessível a quase todos. No decorrer dos séculos houve, várias reformas. Sobre essa época da história, Soares (2002, p. 8) garante que:

No Brasil, o discurso em favor da Educação popular é antigo: precedeu mesmo a proclamação da República. Já em 1882, Rui Barbosa, baseado em exaustivo diagnóstico da realidade brasileira da época, denunciava a vergonhosa precariedade do ensino para o povo no Brasil e apresentava propostas de multiplicação de escolas e de melhoria qualitativa de Ensino.

A esperança de multiplicação das escolas e melhorias no ensino chegou ao fim antes mesmo de sair do papel com o Golpe Militar dado pelo presidente Getúlio Vargas, que criou uma nova constituição. A Constituição de 1937, escrita por Francisco Campos, fez com que o Estado não se responsabilizasse com a educação pública. Referente a isso, Ghiraldelli Jr.(2008, p.78) comenta:

A constituição de 1937 fez o Estado abrir mão da responsabilidade para com educação pública, uma vez que ela afirmava o Estado como quem desempenharia um papel subsidiário, e não central, em relação ao ensino. O ordenamento democrático alcançado em 1934, quando a letra da lei determinou a educação como direito de todos e obrigação dos poderes públicos, foi substituído por um texto que desobrigou o Estado de manter e expandir o ensino público.

Dessa maneira, fica evidente que a nova constituição 1937 almejava apenas o ensino profissionalizante, ou seja, qualificar as pessoas exclusivamente para trabalhar nas indústrias, como se fossem “máquinas”, quer dizer, não tinha o interesse em formar cidadãos reflexivos e críticos.

No Brasil, a Educação de Jovens e Adultos consolidou-se com influência das ideias do educador Paulo Freire e a forte relação com o movimento da educação popular. Desde então a Educação de Jovens e Adultos tem buscado uma educação democrática e libertadora, comprometida com a realidade social e cultural dos mais “pobres”. Segundo Aranha (1996, p.209):

Ao longo das mais diversas experiências de Paulo Freire pelo mundo, o resultado sempre foi gratificante e muitas vezes comovente. O homem iletrado chega humilde e culpado, mas aos poucos descobre com orgulho que também é um “fazedor de cultura” e, mais ainda, que a condição de inferioridade não se deve a uma incompetência sua, mas resulta de lhe ter sido roubada a humanidade. O método Paulo Freire pretende superar a dicotomia entre teoria e prática: no processo, quando o homem descobre que sua prática supõe um saber, conclui que conhecer é interferir na realidade, de certa forma. Percebendo – se como sujeito da história, toma a palavra daqueles que até então detêm seu monopólio. Alfabetizar é, em última instância, ensinar o uso da palavra.

Nesse mesmo contexto, o saudoso Paulo Freire (2002, p.193) garante que:

Não é possível atuar em favor da igualdade, do respeito ao direito à voz, à participação, à reinvenção do mundo, num regime que negue a liberdade de trabalhar, de comer, de falar, de criticar, de ler, de discordar, de ir e vir, a liberdade de ser (FREIRE, 2002, p.193).

Durante o período correspondente ao Regime Militar brasileiro, surge um movimento de alfabetização de jovens e adultos, na tentativa de erradicar o analfabetismo, chamado MOBRAL. A metodologia adotada pelo MOBRAL era a de ler e escrever, essa metodologia assemelha-se a do precursor da Educação de Jovens e Adultos no Brasil, Paulo Freire, com codificações, cartazes com famílias silábicas, quadros, fichas. No entanto, esse tipo de ensino se distanciava dos métodos de Freire, pois não adotava a dialética do mesmo modo, não se preocupava com a formação crítica dos

educandos. Os métodos, os materiais didáticos do MOBRAL, segundo a proposta Curricular do 1º segmento da educação de jovens e adultos:

[...] reproduziram muitos procedimentos consagrados nas experiências de inícios dos anos 60, mas esvaziando-os de todo sentido crítico e problematizado. Propunha-se a alfabetização a partir de palavras chave, retiradas “da vida simples do povo”, mas as mensagens a elas associadas apelavam sempre ao esforço individual dos adultos analfabetos para sua integração nos benefícios de uma sociedade moderna, pintada sempre de cor-de-rosa (BRASIL, 2001, p.28).

Nessa perspectiva, as escolas de Educação de Jovens e Adultos começaram no Brasil como uma alternativa para alfabetizar as pessoas que trabalhavam durante o dia; por esse motivo, as referidas escolas foram criadas para funcionarem no turno noturno, além disso, os profissionais não tinham qualificação para ensinar, na verdade eram grupos informais, onde poucos dominavam o ato de ler e escrever e transferia a outros.

No começo do século XX, com a Revolução Industrial, muitas pessoas saíram do campo para morar na cidade. Essas pessoas que migraram para a cidade em busca de emprego e melhores condições de vida não sabiam ler nem escrever. Conseqüentemente, foi nessa época que foi possível perceber uma lenta valorização da EJA. A necessidade de se ter profissionais qualificados, permitiu o surgimento das escolas para capacitar os jovens e adultos. Além disso, outro fato que também contribuiu para que os representantes brasileiros investissem e aumentassem o número de escolas de Jovens e Adultos foi decorrente da necessidade de aumentar a base eleitoral, favorecendo, assim, o aumento das escolas de EJA, pois o voto era apenas para homens alfabetizados.

É importante destacar que, em meados da década de 40, o governo brasileiro criou a primeira campanha de Educação de adultos, que tinha como meta alfabetizar os analfabetos em três meses. Com o fim desta primeira campanha, Paulo Freire foi o responsável por organizar e desenvolver um programa nacional de alfabetização de adultos, porém, com o golpe militar, o trabalho de Freire foi visto como ameaça ao regime; assim, a EJA volta a ser controlada pelo governo que cria o MOBRAL, conforme foi citado anteriormente.

Em 1985, o MOBRAL chegou ao fim permitindo o surgimento do programa denominado Fundação EDUCAR que apoiava tecnicamente e financeiramente as iniciativas de alfabetização existentes. Haddad e Di Pierro (2000, p. 121), comentaram a respeito da extinção da Fundação enfatizando que:

Representa um marco no processo de descentralização da escolarização básica de jovens e adultos, que representou a transferência direta de responsabilidade pública dos programas de alfabetização e pós-alfabetização de jovens e adultos da União para os municípios. Desde então, a União já não participa diretamente da prestação de serviços educativos, enquanto a participação relativa dos municípios na matrícula do ensino básico de jovens e adultos tendeu ao crescimento contínuo [...]

Na década de 90 surgiram iniciativas em favor da Educação de Jovens e Adultos. Além do governo e dos municípios que ficaram incumbidos de se engajarem nesta política, sucedem parcerias entre ONG's, municípios, universidades, grupos informais, populares, fóruns estaduais. Prontamente, a partir de 1997, a história da EJA começa a ser registrada no intitulado "Boletim da Ação Educativa".

Além disso, com a promulgação da Constituição de 1988 fez com que o Estado amplie o seu dever com a Educação de Jovens e Adultos, assim o ensino fundamental passa a ser obrigatório e gratuito para todos até mesmo para aqueles que não estudaram na época devida. Conforme demonstra o Artigo 208 da Constituição de 1988, ao garantir que "o dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de: I – ensino fundamental obrigatório e gratuito, assegurada inclusive, sua oferta gratuita para todos os que a ele não tiveram acesso na idade própria."

Nesse mesmo contexto, a LDB 9394/96 (Art. 32), também assegura que no ensino fundamental o ensino da – Educação de Jovens e Adultos (EJA) - deverá ter por objetivo a formação básica do cidadão, mediante:

I [...] o desenvolvimento da capacidade de aprender, tendo como meios básicos o pleno domínio da leitura, da escrita e do cálculo; II. a compreensão do ambiente natural e social, do sistema político, da tecnologia, das artes e dos valores em que se fundamenta a sociedade; III. o desenvolvimento da capacidade de aprendizagem, tendo em vista a aquisição de conhecimentos e habilidades e a formação de atitudes e valores; IV. O fortalecimento dos vínculos de família, dos laços de solidariedade humana e de tolerância recíproca em que se assenta a vida social. O ensino médio, conforme a LDB,

tem como finalidades: I. a consolidação e o aprofundamento dos conhecimentos adquiridos no ensino fundamental, possibilitando o prosseguimento de estudos; II. a preparação básica para o trabalho e a cidadania do educando, para continuar aprendendo, de modo a ser capaz de se adaptar com flexibilidade a novas condições de ocupação ou aperfeiçoamento posteriores; III. o aprimoramento do educando como pessoa humana, incluindo a formação ética e o desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico; e prática (BRASIL, 1996,pg 23).

Neste contexto, educadores e grupos populares descobriram que a Educação Popular é, sobretudo, um processo permanente de refletir a militância: refletir, portanto, a sua capacidade de mobilizar na direção de objetivos próprios. A prática política recusa a deixar-se aprisionar na estreiteza burocrática de procedimentos escolarizantes. Desse modo, a escola deve ser percebida como um espaço de inserção social e a educação como um ato político, as quais propõem uma alfabetização voltada para a conscientização dos homens e mulheres como sujeitos capazes de transformar a realidade social. De acordo com a Declaração de Hamburgo:

A EJA é um direito; a chave para o século 21; é tanto consequência do exercício da cidadania como condição para uma plena participação na sociedade. Além do mais, é um prazeroso argumento em favor do desenvolvimento ecológico sustentável da democracia, da justiça, da igualdade entre os sexos, do desenvolvimento socioeconômico e científico além de um requisito fundamental para a construção de um mundo onde a violência cede lugar ao diálogo e cultura de paz baseada na justiça" (BRASIL, Declaração de Hamburgo, 1999, p.19).

Foi a partir desses embates que a Educação de Jovens e Adultos se consolidou como uma Educação formal que valoriza todos que nela estão presentes. Assim sendo, é evidente que, na atual fase da história da Educação brasileira, a EJA possui um foco amplo, para haver uma sociedade igualitária e uma Educação eficaz visto que não é possível separar uma educação da outra.

## 2.2 Contexto sócio-histórico-cultural dos educandos da educação De jovens e adultos

Quando surgiu a Educação de Jovens e Adultos era notório que o perfil dos educandos, em sua maioria, eram de pessoas vindas do campo para a cidade em busca de melhores condições de vida. Esses cidadãos migravam para a zona urbana com um baixo nível de formação escolar, na maioria das vezes, mal sabiam escrever o próprio nome.

No livro “Educação de Jovens e Adultos”, Maria Antônia de Souza faz uma breve demarcação das características relacionadas ao perfil dos educandos da EJA na atualidade das escolas públicas brasileiras. Assim, para essa autora, os sujeitos da EJA são indivíduos diversos: trabalhadores, aposentados, jovens (empregados e em busca do primeiro emprego); pessoas com necessidades educativas especiais. Na visão de Gadotti (2008, p.31):

Os jovens e adultos trabalhadores lutam para superar suas condições precárias de vida (moradia, saúde, alimentação, transporte, emprego, etc.) que estão na raiz do problema do analfabetismo. Para definir a especificidade de EJA, a escola não pode esquecer que o jovem e adulto analfabeto é fundamentalmente um trabalhador – às vezes em condição de subemprego ou mesmo desemprego [...].

Neste contexto, os educandos da Educação de Jovens e Adultos (EJA) são protagonistas de histórias reais, ricos em experiências vividas, que chegam à escola com crenças e valores construídos, pois são sujeitos, em sua maioria, que vivem no mundo do trabalho, com responsabilidades sociais e familiares, com valores éticos e morais formados a partir das experiências do ambiente e da realidade cultural em que estão inseridos e pertencentes como sujeitos.

Estes jovens e adultos procuram a escola por algum motivo particular como: emprego, a busca de um diploma, a realização de um sonho, motivos familiares, entre outros. Esses indivíduos, que frequentam a escola, apresentam uma visão de mundo já adquirida no seu saber cotidiano e cabe ao professor vê-los como sujeitos que apresenta um sistema cognitivo já construído e adquirido na sociedade.

Nessa perspectiva, evidencia-se que a procura pela escola, por parte de muitos alunos, não se dá de maneira simples. Ao contrário, na maioria das vezes, trata-se de um processo contínuo, de idas e vindas, de ingressos e desistências. Esse fato torna-se mais presente à medida que o tempo passa e percebe-se que a quantidade de alunos em sala de aula está diminuindo e que

também sujeitos que se matricularam na escola durante o ano letivo nunca frequentaram as aulas

A evasão escolar dos educandos da EJA é justificada e atribuída aos alunos pelo fato de eles serem, em sua maioria, trabalhadores que chegam às vezes tarde à escola, cansados e com sono e querem sair mais cedo, isso quando eles veem para a aula. Na realidade, esse problema está relacionado a um sistema escolar carente e excludente que prejudica toda a comunidade escolar. Segundo Arroyo:

Os sistemas que pretendem garantir [os] direitos [de jovens e adultos] têm de se adaptar à concretude social em que os diversos setores vivem suas exigências, sobretudo quando se trata da infância, adolescência e juventude populares a quem não é dado o direito de escolher suas formas de vida e de sobrevivência. Na história da EJA, encontraremos uma constante: partir dessas formas de existência populares, dos limites de opressão e exclusão em que são forçados a ter de fazer suas escolhas entre estudar ou sobreviver, articular o tempo rígido de escola com o tempo imprevisível da sobrevivência. Essa sensibilidade para essa concretude das formas de sobreviver e esses limites a suas escolhas merece ser aprendida pelo sistema escolar se pretende ser mais público. Nessas direções, o diálogo entre EJA e sistema escolar poderá ser mutuamente fecundo. Um diálogo eminentemente político, guiado por opções políticas, por garantias de direitos de sujeitos concretos. Não por direitos abstratos de sujeitos abstratos (ARROYO, 2005, p. 49).

Outro fator é a baixa autoestima dos alunos, principalmente, dos mais idosos, que se acham incapazes de acompanhar os programas ou que o programa não traz a realidade para o seu cotidiano, são vários os motivos para evadirem. Nesse sentido, Werneck (1999, p.23) explica que:

Muitas vezes a escola se apresenta aos alunos como um pesado elefante. A primeira impressão deixada para o estudante é de alguma coisa impossível de ser ultrapassada. Poucos terão a alegria e certeza de poder enfrentar esse peso, mais próximo do desgosto do que felicidade.

Em relação ao perfil dos discentes jovens da Educação de Jovens e Adultos é importante observar que, na maioria das vezes, ultrapassam a idade estabelecida para estudar no turno diurno (Matutino e Vespertino) decorrente das suas trajetórias escolares interrompidas com sucessivas reprovações.

Eles já foram negados na escola básica, muitos deles são repetentes desde sua vida infantil, e são levados a estudar no turno noturno por serem problemáticos no diurno, dessa forma com isso por sua constante permanência na escola, gerando, assim, falta de interesse em passar de ano. Desse modo, abandonam a escola sem pensar nas consequências futuras. Segundo o Censo Escolar 2009 do MEC, no Brasil, a Educação de Jovens e adultos cerca de 4,5 milhões de pessoas com mais de 15 anos estão matriculados na Alfabetização ou na Educação de Jovens e Adultos.

‘ A respeito da evasão dos jovens da escola, Senna elucida que:

As circunstâncias sociais extra-escolares que definem o modelo cultural dos jovens brasileiros, particularmente os oriundos das grandes massas de cidadãos em estado de exclusão e marginalização, tendem a competir, com vantagem, contra a escola, especialmente por imputar aos alunos um sentimento de não pertencimento à sociedade alfabetizada (SENNA, 2003, p. 2).

Nessa construção de uma imagem desvalorizada de si, Charlot garante que precisamos considerar que:

(...) o sujeito epistêmico é o sujeito afetivo e relacional, definido por sentimentos e emoções em situação e em ato; isto é – para não recorrer a algo inapreensível – o sujeito como sistemas de condutas relacionais, como conjunto de processos psíquicos implementados nas relações com os outros e consigo mesmo (CHARLOT, 2000, p. 70).

É por tudo isso que a escola precisa ser percebida como um espaço de sociabilidade, na qual acolhe o educando, contextualizando o assunto com a realidade social em que ele está inserido. Esse educando precisa perceber a escola como espaço que atende as suas necessidades pessoais e sociais. Para tanto Gadotti Moacir (2000 p.39) afirma:

O aluno adulto não pode ser tratado como uma criança cuja história de vida apenas começa. Ele quer ver a aplicação imediata do que está aprendendo. Ao mesmo tempo, apresenta-se temeroso, sente-se ameaçado, precisa ser estimulado, criar auto-estima pois a sua “ignorância” lhe traz tensão, angústia, complexo de inferioridade. Muitas vezes tem vergonha de falar de si, de sua moradia, de sua experiência frustrada na infância, principalmente em relação à escola. É preciso que tudo isto seja verbalizado e analisado. O primeiro passo do alfabetizando é o **direito de se expressar**.

Desta forma, o educando mostrará para os seus colegas e educador o “saber cotidiano” que permitirá demonstrar os seus conhecimentos para os demais colegas e, da mesma forma, o professor poderá aprender com as experiências do aluno e ainda contextualizar o saber “internalizado” do discente com o assunto a ser trabalhado em sala de aula.

Vale ressaltar que muitos educandos da Educação de Jovens e Adultos ainda tem uma visão pessimista. Uma grande parte deles acredita que são incapazes de aprender porque não adquiriram esse conhecimento ao longo de sua vida. No livro “Pedagogia do Oprimido” (1987), Paulo Freire aponta que muitas vezes o “oprimido” não percebe que tem um conhecimento cognitivo, ou seja, não nota que tem um saber que foi adquirido no convívio familiar e cultural. Por isso, o “oprimido” mantém uma dependência em relação ao seu “opressor”. De acordo com o autor “a ação política junto aos oprimidos tem de ser, no fundo, “ação cultural” para a liberdade, por isto mesmo, ação com ele. (FREIRE, 1987, p. 53/54).

Logo, o educando precisa compreender que a escola é um espaço de sociabilidade, ou seja, um local no qual se aprende, mas também se troca conhecimentos, tanto com o professor, quanto com os próprios colegas. Dessa maneira, a sua permanência consiste em novos aprendizados, mas cabe também o reconhecimento, por parte da comunidade escolar, da heterogeneidade do aluno da EJA para combater as desigualdades educacionais.

### 2.3 O professor da educação de jovens e adultos

No Brasil, o professor surgiu como um profissional instruído para lecionar os filhos dos grandes senhores de terra, em escolas privadas. Naquela época, não existia a escola pública, as pessoas consideradas cultas eram as que detinham o poder econômico, político e social. Em meados dos anos 30, esse cenário começa a mudar, abrangendo também as classes populares e iniciando um desafio para o professor na sala de aula.

O docente que estava acostumado a ensinar a um grupo específico da sociedade brasileira, crianças ricas, passa a lidar com uma turma de alunos heterogênea, com conhecimentos e culturas diversas. Nesse momento, o profissional precisa também aprender com os diferentes conhecimentos e culturas.

O desafio do educador ainda continuou quando surgiram as escolas noturnas. Nessas instituições de ensino, o público alvo era os jovens e adultos que por algum motivo em particular deixaram de frequentar o ensino regular. Nesse momento da história brasileira, o professor passou a transmitir os seus conhecimentos científicos para um público que, diferente do existente, já tinha um conhecimento de mundo adquirido na família e com a sociedade em que eles estão inseridos. São mundos distintos, contextos diferentes da educação infantil. Assim, o professor precisou aprender a lidar com as distintas situações apresentadas na sala de aula. Conforme Cury:

(...) não perceber o perfil distinto destes estudantes e tratar pedagogicamente os mesmos conteúdos como se tais alunos fossem crianças ou adolescentes seria contrariar mais do que um imperativo legal, seria contrariar um imperativo ético (CURY, 2002, p.23).

Nessa perspectiva, o educador das turmas de EJA precisa aprender a dialogar com o universo vivenciado pelos seus educandos. Ensinar contextualizando os assuntos impostos pelo Plano Nacional de Ensino com os conhecimentos adquiridos e vivenciados pelos mesmos na sociedade em que eles pertencem. Conforme demonstra Gadotti quando argumenta que:

No mínimo, esses educadores precisam respeitar as condições culturais do jovem e do adulto analfabeto. Eles precisam fazer o diagnóstico histórico-econômico do grupo ou comunidade onde irão trabalhar e estabelecer um canal de comunicação entre o saber técnico (erudito) e o saber popular (GADOTTI, 2008, p.17).

É evidente que o trabalho do educador é árduo, complexo e desafiador, porque envolve assuntos dos mais diversos temas além dos conteúdos programáticos impostos pela escola. É através do estudo, da teoria e da prática que o educador se ajudará e poderá ajudar os educandos no processo de

aprendizagem, que por certo período vivenciará caso já atuou ou atue na educação.

Para contextualizar os assuntos com as vivências dos alunos, o professor precisa dar a voz aos seus alunos na sala de aula, ele não pode apenas transmitir o assunto de forma sistemática sem deixar espaço para que os alunos assimilem o material exposto na sala de aula com as suas experiências no mundo extraescolar. Desta forma, o professor deve compartilhar saberes com esses indivíduos e contextualizar as suas aulas com a realidade desses alunos. De acordo com Gadotti:

Conhecendo as condições de vida do analfabeto, sejam elas as condições objetivas, como salários, o emprego, a moradia, sejam as condições subjetivas, como a história de cada um, suas lutas, organização, conhecimento. É preciso buscar a reflexão sobre o papel da escola, do professor, dos educando de frente as suas práticas o qual a finalidade real que este pretende atingir, posto que o professor precise antes de qualquer coisa entender sua tarefa social dentro da sala de aula, para poder trabalhar um modelo educacional comprometido de fato com as transformações sociais, que a escola assuma seu papel, é necessário ter a realidade deste aluno, é impossível continuar a caminhada sem rever a prática curricular e habilidades, enfim sua cultura. Mas, conhecendo-as na convivência com ele e não apenas “teoricamente”. Não pode ser um conhecimento apenas intelectual formal. O sucesso de um programa de educação de jovens e adultos é facilitado quando o educador é o produto do meio (GADOTTI, 2000, p.32).

Dessa maneira, a escola precisa ser um local em que os professores e os alunos se encontrem como sujeitos ativos, na qual a tarefa é de provocar e produzir conhecimentos. Nesta perspectiva, os jovens e adultos buscam do educador, sem dúvida, mais do que conteúdos prontos para serem reproduzidos. Conforme Vera Masagão:

É necessário considerar mais um aspecto crucial para a formação de educadores capazes de promover uma educação de jovens e adultos mais eficaz e acessível ao público que a ela tem direito. Trata-se da necessidade de desenvolver competências para atuar com novas formas de organização do espaço-tempo escolar, buscando alternativas ao ensino tradicional baseado exclusivamente na exposição de conteúdos por parte do professor e avaliação somativa do aluno. Os professores de jovens e adultos devem estar aptos a repensar a organização disciplinar e de séries, no sentido de abrir possibilidades para que os educandos realizem percursos formativos mais diversificados, mais apropriados às suas condições de vida. (MASAGÃO , 1999, p.56-7).

Na sala de aula o professor da EJA também se torna um aprendiz, isso, quando permite que o seu educando transmita os seus conhecimentos aprendidos ao longo de sua vida. A dialética entre professor/aluno torna as aulas de EJA mais dinâmicas e emocionantes para ambas as partes. A respeito do papel do professor da EJA, Pedro Demo explica que:

Supõe que o professor se interesse por cada aluno, busque conhecer suas motivações e seus contextos culturais, estabeleça com ele um relacionamento de confiança mútua, tranquila, sem decair em abusos e democratismos. Trata-se sempre de aprender junto, instituindo o ambiente de uma obra comum, participativa. A experiência do aluno será sempre valorizada, inclusive a relação natural hermenêutica de conhecer a partir do conhecido. O que se aprende na escola deve aparecer na vida ( PEDRO DEMO, 2002, p.17).

Para Arroyo:

Partir dos saberes, conhecimentos, interrogações e significados que aprenderam em suas trajetórias de vida será um ponto de partida para uma pedagogia que se pautar pelo diálogo entre os saberes escolares e sociais. Esse diálogo exigirá um trato sistemático desses saberes e significados, alargando-os e propiciando o acesso aos saberes, conhecimentos, significados e a cultura acumulados pela sociedade ( ARROYO, 2005, p.53).

Além de tudo o que já foi apresentado, outro desafio encontrado pelo educador de EJA é o de driblar o cansaço de muitos educandos que trabalham durante o dia e ver a escola como um local de difícil aprendizado. Essa situação tem que ser contornada pelo professor, que também tem vida particular e social, através de conteúdos que chamem a atenção dos alunos, permitindo, assim, o regresso desses alunos para a escola.

Outra dificuldade a ser encarada com seriedade é o relacionamento afetivo entre educando e educador, segundo Buber (1959, *apud* FAZENDA, 2003, p.38) “a verdadeira relação educadora só é possível na amizade...” e continua “o educador, guardando seu próprio lugar, do fundo do seu ser, se coloca também ao lado do aluno, vis-à-vis.”

Nesse contexto, percebe-se como é relevante a amizade, a confiança, porque os educandos abatidos pelos conflitos diários sentem-se desestimulados e perdem o interesse, o foco pelo aprender, mas que, através

de um contato gentil, caloroso e amigável com o professor, ajuda a despertar a vontade de continuar e assimilar os conteúdos propostos no processo de ensino-aprendizagem. Segundo Paulo Freire (1979, p.35), “a formação do educador deve ser permanente e sistematizada, porque a prática se faz e refaz”.

Todavia, os educadores, muitas vezes preocupados e ansiosos em destrinchar os conteúdos curriculares, desprezam o rico conhecimento prévio do aluno. Ademais, a animosidade entre ambos dificulta a alfabetização, a permanência na escola e frustrará os sonhos de luta pela liberdade e melhor condição de vida.

Enfim, a formação de professores para a EJA é essencial para que haja uma educação de qualidade, pois somente desta maneira o educador será capaz de elaborar procedimentos didáticos que resultem em bons desempenhos em sala de aula. É dever do professor incentivar, estimular a participação desses alunos e integrá-los no processo de aprendizagem. E, além disso, mostrá-los a importância de continuar seus estudos, a fim de que se tornem cidadãos críticos e reflexivos para que possam interagir de forma participativa perante a sociedade.

### 3. Refletindo sobre o ensino de língua portuguesa na educação de jovens e adultos

A Língua Portuguesa é considerada por muitos alunos, em especial os da EJA, como uma disciplina escolar complexa e de difícil compreensão. Muitos alunos admitem que “o português é a língua mais difícil do mundo”, que “não sabem falar português”, que “no Brasil todos falam errado o português”, pois não seguem as regras impostas pela gramática normativa.

Essa concepção criada no imaginário das pessoas, em particular, dos educandos da EJA, deve-se ao excessivo uso de nomenclaturas, regras gramaticais que transformou o ensino-aprendizado da Língua Portuguesa em um verdadeiro suplício para os alunos. Essa forma de enxergar a disciplina pelos alunos causa muitas angústias e frustrações para os novos professores

de vernáculas que, ainda em período de estágio, buscam contextualizar, através de textos, o ensino da gramática normativa.

Nessa acepção, essa seção tem como proposta refletir o papel do professor de Língua Portuguesa nas turmas de EJA. Desse modo, elucidar alguns procedimentos pedagógicos no ensino de Língua Portuguesa na Educação de Jovens e Adultos.

### 3.1 O papel do professor de língua portuguesa da educação de jovens e adultos

É função primordial da escola é promover a aprendizagem e o conhecimento dos alunos. Essa competência designada à escola em relação aos educandos, em especial, da Educação de Jovens e Adultos, se justifica pelo fato dos mesmos conviverem no ambiente escolar cercado por diversos tipos de conhecimento. Assim, a participação do aluno em sala de aula pode contribuir muito para a construção do conhecimento. A Educação de Jovens e Adultos é uma modalidade de ensino em que o professor, especialmente o de Língua Portuguesa, precisa valorizar e reconhecer que o seu educando é um sujeito de histórias reais que são adquiridas na própria comunidade pelo conhecimento do senso comum.

Dessa forma, o ambiente escolar deve ser também um espaço de acolhimento, permitindo aos mesmos uma participação ativa nas aulas e dessa maneira a permanência do aluno na escola, como apontam Sousa & Cunha, (2010, p. 03):

O ambiente escolar, para ser satisfatório, tem que ser transformado para o acolhimento dos alunos, que é alguém especialmente receptivo à aprendizagem, repleto de curiosidades e que vai para a sala de aula desejoso de novas experiências, como por exemplo, aulas interativas, criativas, reflexivas, fáceis e participativas. (...) para que produzam conhecimentos e se tornem sujeitos mais ativos, participativos e cresçam cultural, social e economicamente no meio social em que vivem.

Muitas vezes nos deparamos com uma realidade desafiadora, a exemplo do comodismo dos alunos que preferem apenas ouvir o professor e fazer as anotações da aula, ao invés de questionar, de participar ativamente. A atitude

passiva do aluno não permite um aprendizado de igual proporção quando comparamos outros que participam.

Não faz sentido o professor de Língua Portuguesa cobrar dos alunos da Educação de Jovens e Adultos os conteúdos prontos e acabados que estão vinculados aos livros didáticos. Sabe-se que o livro didático surgiu como um facilitador do professor, mas ele, principalmente na turma de Educação de Jovens e Adultos, precisa se adaptar ao contexto sociocultural do educando.

É evidente que muitos alunos da Educação de Jovens e Adultos têm vergonha de se expressar em sala de aula, eles muitas vezes ficam com receio de perguntar ao professor sobre o assunto e isso faz com que ainda mais aumente o número de alunos evadidos nas turmas de Educação de Jovens e Adultos. Acerca da participação dos alunos da EJA e a respeito do papel do professor Sousa & Cunha, (2010, p. 03) afirmam que:

Na sala de aula de Educação de Jovens e Adultos evidencia-se a timidez dos alunos, atitudes de irreverência e transgressão. Esses alunos e alunas demonstram vergonha em perguntar ou em responder perguntas, nervosismo exagerado nas situações de avaliação, ou então, mostram-se agitados e indisciplinados. O papel do professor é determinante para evitar situações de novo fracasso escolar. Um caminho seguro para diminuir esse sentimento de insegurança é valorizar os saberes que os alunos trazem para a sala de aula, bagagem cultural, de suas habilidades profissionais, pois isso, trará o resgate da auto-imagem positiva, ampliando sua auto-estima e fortalecendo sua confiança.

Nesse contexto, o papel do professor, particularmente o de Língua Portuguesa, não se resume em expor os conteúdos programáticos da disciplina, mas também em permitir e dar voz a esses sujeitos que por alguma falta de oportunidade deixou de estudar na idade adequada. É obvio que o docente de língua portuguesa não pode deixar de ensinar os conteúdos que lhes são cobrados no currículo escolar. Mas ele pode introduzir a essas teorias os conhecimentos prévios dos seus educandos. Sobre esse aspecto, Silva (2001, p.09) coloca que “o aluno não está mais reduzido a olhar, ouvir, copiar e prestar contas. Ele cria, modifica, constrói, aumenta e, assim, torna-se co-autor”.

Assim, ao trazer para a sala de aula as vivências dos alunos, o professor, especialmente de Língua Portuguesa, também consegue a permanência desses sujeitos na comunidade escolar. Quando os alunos da

Educação de Jovens e Adultos se sentem acolhidos, eles dão continuidade aos estudos, podendo até ingressar no universo universitário.

O Educando da Educação de Jovens e Adultos quando ingressa na escola, já tem um domínio particular da sua língua materna. Ele apenas não sabe às regras que lhe são impostas pela gramática normativa. Nesse momento, o professor de língua portuguesa precisa mostrar para os seus alunos que eles já têm certo domínio do que é adquirido na comunidade, porém, a depender do contexto de, uso da língua ela pode variar. Conforme Jatobá:

[...] o professor deve ter sempre em mente de que o seu papel é o de agente de transformação social e como tal pode, pela educação, combater, no plano das atitudes, a discriminação manifestada em gestos, comportamentos e palavras, que afasta e estigmatiza grupos sociais. Cabe ao professor construir relações de confiança para que o aluno possa perceber-se e viver, antes de mais nada, como ser social (JATOBÁ, 1999, p. 95-96).

Dessa maneira, o professor de Língua Portuguesa deve se preocupar com a formação do aluno, sendo que ambos têm um papel ativo na sala de aula. Nesse caso, a avaliação assume caráter diagnóstico, permanente e qualitativo, dando atenção às necessidades de cada aluno.

É importante ainda ressaltar que alguns problemas na gestão dizem respeito à organização didático-pedagógico na EJA, que não atende de maneira pertinente a essa modalidade de ensino e ao perfil dos alunos, inibindo os processos educativos. Ambrosio (1998) afirma que a responsabilidade maior do professor vai além da sua disciplina específica, pois inclui a formação do cidadão. Assim, o docente da EJA deve pensar em como pode contribuir para o crescimento pessoal de seus alunos. Ele necessita dominar técnicas e metodologias que possam adentrar o universo dos educandos e fazê-los compreender que sua busca por conhecimento contribui para melhoria de suas vidas. Paulo Freire apresenta contribuições importantes sobre a competência docente, quando especifica que:

Ensinar exige respeito aos saberes dos educandos [...], discutir com os alunos a razão de ser de alguns desses saberes e relação com o ensino dos conteúdos [...]. Ensinar exige disponibilidade para o diálogo [...] Ensinar exige o reconhecimento e a assunção da

identidade cultural [...]. Ensinar exige a apreensão da realidade [...], transformar a realidade para nela intervir, recriando-a [...]. Ensinar exige segurança, competência profissional e generosidade [...]. O fundamental no aprendizado do conteúdo é a construção da responsabilidade, liberdade que se assume [...] (LEMOS, 1999, p. 20 *apud* FREIRE, 1996, p. 7-8).

Nessa perspectiva, o docente tem um papel fundamental ao receber o aluno da EJA, já que ele deve repensar sua prática, considerando toda a sua trajetória dentro da escola. Não basta apenas aceitar o aluno respeitando suas dificuldades e diferenças, mas sim dar a eles condições de permanência na escola, para que continue prosseguindo nos estudos. Portanto, é importante que o professor, além de atender as necessidades de aprendizagem de seus alunos, adote formas de relacionamento diferenciadas, trabalhando com o objetivo de acolher cada aluno em sala de aula e assim adquirindo a permanência deles na sala de aula e nos anos posteriores na escola.

### 3.2 Procedimentos pedagógicos no ensino de língua portuguesa na educação de jovens e adultos

O ensino de Língua Portuguesa nas turmas de EJA, atualmente, não se restringe apenas ao ensino da linguagem, mas leva-se em consideração o contexto sócio-cultural-histórico dos discentes. Segundo Freire (1996), a leitura de mundo revela, evidentemente, a inteligência do mundo que vem cultural e socialmente se constituindo. Destaca também o trabalho individual de cada sujeito no próprio processo de assimilação da inteligência do mundo (1996, p. 139).

Sabe-se que o ensino de Língua Portuguesa surgiu com o propósito de ensinar o discente a ler e escrever “bem”, ou seja, a aprender a falar e escrever segundo as regras impostas pela gramática normativa. Assim, o ensino de Língua Portuguesa não valorizava a língua do aluno, aprendida com a família e a comunidade. Bagno (2003) afirma que a escola não aprecia a língua que o aluno aprende nas relações familiares e com o povo da comunidade e isso acaba ocasionando o preconceito linguístico. Sobre o preconceito linguístico, Bagno (1999, p 40) faz a seguinte observação:

O preconceito linguístico se baseia na crença de que existe [...] uma única língua portuguesa digna deste nome e que seria a língua ensinada nas escolas, explicada nas gramáticas e catalogada nos dicionários. Qualquer manifestação linguística que escape desse triângulo escola-gramática-dicionário é considerada, sob a ótica do preconceito linguístico, “errada, feia, estropiada, rudimentar, deficiente”.

Nesse contexto, o professor de língua portuguesa ensinava aos seus alunos apenas nomenclaturas e regras que estavam explícitas na gramática normativa, não contextualizava a gramática com textos. Portanto, ensinar língua portuguesa, na atualidade, não se restringe em aprender apenas as regras gramaticais que estão explícitas na gramática normativa. O ensino nas turmas de EJA ou em qualquer modalidade deve utilizar a linguagem de modo adequado nas diferentes situações comunicativas.

Os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN,1997) consideram significativo o ensino de gramática associado a textos. Para esses documentos, os alunos compreendem mais a gramática quando associada a texto do que ensinada de forma fragmentada com frases soltas e descontextualizadas. A respeito do ensino da gramática através de textos, Antunes (2007, p. 138) afirma que “na verdade, só no convívio com a análise de textos é possível a descoberta do quanto a gramática é importante”

Nessa perspectiva, o professor de língua portuguesa deve incentivar o aluno a fazer o uso contínuo da leitura e de produção de textos, apelando-se à atividade metalinguística ou à gramatical quando for preciso ampliar (e/ou aperfeiçoar) o repertório comunicativo do aluno. Nas palavras de Soares (2002, p.32):

Me parece muito mais interessante estimular, nas aulas de língua, um conhecimento cada vez maior e melhor de todas as variedades linguísticas, para que o espaço da sala de aula deixe de ser o local para o estudo exclusivo das variedades de maior prestígio social e se transforme num laboratório vivo de pesquisa do idioma em sua multiplicidade de formas e usos.

Assim, o docente de Língua Portuguesa da Educação de Jovens e Adultos deve e pode trabalhar com as variações linguísticas; desse modo, mostrar para os seus alunos que a língua é dinâmica e que a depender da situação e/ou contexto ela pode variar. Além de tudo isso, o professor mostra

para o seu aluno da EJA que não existe “falar errado” e que o uso da língua não depende apenas da linguagem padrão, mas do universo social que cada falante nativo vive. De acordo com Bechara (1989, p.13,14): “Cada falante é um poliglota na sua própria língua, à medida que dispõe da sua modalidade linguística e está à altura de decodificar mais algumas outras modalidades linguísticas com as quais entra em contato [...]”.

Nesse contexto, o professor de língua portuguesa também poderá trabalhar em sala de aula com a oralidade dos seus educandos. Desse modo, o professor da EJA permitirá que o seu educando pratique a leitura coletiva com os colegas, dessa forma, interagindo e possibilitando um ambiente escolar mais prazeroso, além de fazer com que eles percam a vergonha de se pronunciar na sala de aula. Ao dar voz a esses sujeitos ricos em histórias reais, o professor também está contribuindo para que os mesmos continuem frequentando o universo escolar. Dar a voz aos alunos na sala de aula, para Freire (2002), é permitir a contextualização da realidade dos educandos com os conteúdos programáticos da disciplina que estão sendo expostos em sala de aula.

Não há ruptura com o ensino tradicional de Língua Portuguesa nem rejeição a seus pressupostos, apenas se pretende adaptá-los às condições que a contemporaneidade dos estudos linguísticos recomenda e, principalmente, levar em conta os alunos a que se destinam. “A grande missão do professor de língua materna é [...] transformar seu aluno num poliglota dentro de sua própria língua, possibilitando-lhe escolher a língua funcional adequada a cada momento de criação [...]” (BECHARA, 1989, p.14).

Nessa respectiva, Antunes (2007) argumenta que “não existe língua sem gramática” (ANTUNES, 2007, p.85), ou seja, toda língua tem suas estruturas gramaticais para que os falantes nativos possam se comunicar de forma homogênea e uniforme com os outros falantes dessa língua. As pessoas apenas não dominam as nomenclaturas e regras que são impostas nas escolas pela gramática normativa.

Logo, a gramática normativa deve ser ensinada na escola; todavia, ela em si com suas regras não conseguirá manter os alunos na sala de aula, visto que muitos já internalizaram no subconsciente que aprender as regras gramaticais descontextualizadas, é impossível. Assim, cabe à escola ensiná-la

oferecendo condições ao aluno para usá-la a depender da situação comunicativa.

Em termos bem gerais, podemos dizer que estudar mais que Gramática leva a procurar explorar os conhecimentos de outras áreas, de outros domínios e assumir a certeza de que, ao lado do conhecimento de Gramática, outras são necessárias, imprescindíveis e pertinentes. Portanto, não tem fundamento a orientação de que “não é para ensinar gramática” (ANTUNES, 2007, p. 65).

Dessa maneira, o ensino de gramática pode estar associado a textos e a competência linguística dos alunos. Segundo Marcuschi(2001):

Uma vez adotada a posição de que lidamos com práticas de letramento e oralidade, será fundamental considerar que as línguas se fundam em usos e não o contrário. Assim não serão primeiramente as regras da língua nem a morfologia os merecedores da nossa atenção, mas os usos da língua, pois o que determina toda a variação linguística em todas as suas manifestações são os usos que fazemos dela (MARCUSHI, 2001, p.16).

Nesse contexto, é fundamental para os alunos, especialmente os das turmas da EJA, ouvirem leituras de diversos gêneros textuais e em variados suportes, amplia o diálogo com o aprendiz, sempre respeitando o que eles pensam, ao mesmo tempo, elabora questões que possam ajudá-lo a avançar na organização do pensamento. Como demonstra Chartier ao enfatiza que:

Que é importante multiplicar no período da aula as oportunidades para que os alunos falem sobre situações da vida, o bairro, a família, as relações de vizinhança, o calendário, os atos da vida cotidiana, que constituem o pano de fundo de muitos escritos escolares (CHARTIER, 1996, p.115).

Além de tudo isso, outra maneira de ensino-aprendizado que vem sendo bastante utilizada na sala de aula, não só das turmas de EJA, são os recursos tecnológicos. Eles vêm sendo bastante utilizados tanto pelos professores, quanto pelos educandos, esses recursos veem contribuindo significativamente para relação professor-aluno. É a partir da visão de um mundo globalizado e comunicativo que ocorreram mudanças constantes na história da didática educativa, quando a mesma passou a necessitar de recursos que auxiliassem como ferramenta de estímulo ao ensino-aprendizado dos seus educandos. A respeito da tecnologia na sala de aula Silva afirma que:

A internet chegou às escolas e temos outro desafio: incorporá-la como ferramenta imprescindível de acesso à informação e à produção de conhecimento. Afinal, nesse meio encontram-se instrumentos básicos de trabalho, de desenvolvimento social, de participação política, além de possibilitar o domínio de competências capazes de proporcionar práticas de letramento contínuo, entendidas como atividades estruturantes do “pensamento-linguagem” e da cultura (SILVA, 2003, p. 13).

Nesse contexto, o docente precisa se adaptar às mudanças impostas pela era da tecnologia e também preparar seus educandos. Dessa maneira, o ensino de Língua Portuguesa tornou-se um grande desafio para muitos professores das turmas de EJA, visto que as turmas de EJA são compostas por diversos sujeitos de diferentes faixas etárias. Acerca das novas tecnologias na escola, Almeida garante que:

Nós, educadores, temos de nos preparar e preparar nossos alunos para enfrentar exigências desta nova tecnologia, e de todas que estão a sua volta – A TV, o vídeo, a telefonia celular. A informática aplicada à educação tem dimensões profundas que não aparecem a primeira vista (ALMEIDA, 2000, p. 78).

O avanço tecnológico tem propiciado novos modos de ensino e aprendizagem na escola, em especial nas turmas de EJA. É evidente, na atualidade, o uso das novas tecnologias como: Datashow, DVD, televisões, computadores, internet entre outros. Portanto, não adianta somente colocar esses aparelhos tecnológicos à disposição do professor, é preciso prepará-los para o manuseio dos mesmos na sua prática didática em sala de aula.

Um fato interessante a registrar é que o mundo digital vem recriando um grande acervo de gêneros textuais, numa profusão que, muitas vezes, não permite ainda definições completas. Contudo, o ensino desses gêneros textuais, proporciona aos educandos da EJA o conhecimento de outros tipos de textos, além de apreender a lidar com o universo tecnológico. Visto que, para muitos educandos da EJA o simples manuseio do aparelho tecnológico é um avanço significativo na vida dessas pessoas, principalmente para os alunos mais idosos.

Vale ressaltar que o trabalho com os textos digitais permite ao professor da modalidade EJA demonstrar para os seus educandos os formatos a

composição do texto digital. Além disso, o professor poderá também mostrar as semelhanças que o texto digital tem em comum com outros formatos de textos.

No caso do professor de língua portuguesa da EJA ele pode trazer para a sala de aula um e-mail que é um gênero textual digital e fazer relação com outros gêneros textuais como, por exemplo, uma carta tradicional, já que ambos os textos têm em comum identificação do remetente, descrição do assunto, despedida, entre outros. Além disso, esse tipo de gênero textual apresenta hibridismo – no que diz respeito ao traço característico da fala na escrita.

Enfim, as aulas de Língua Portuguesa não devem servir apenas para codificar os assuntos expostos em sala de aula, mas para formar cidadãos que, mesmo pertencentes ao mundo trabalho, tornem-se sujeitos críticos e reflexivos.

#### 4. Metodologia

A presente pesquisa constitui-se em um estudo biográfico. Nesse contexto, essa pesquisa tem como objetivo analisar o perfil dos educandos da EJA e dos professores que ensinam nessa modalidade, especialmente do docente de Língua Portuguesa. Dessa maneira, busca propor alguns procedimentos pedagógicos no ensino de língua portuguesa na Educação de Jovens e Adultos. Para isso, tornou-se fundamental as teorias de: ALMEIDA (2000); ANTUNES(2005); BAGNO (1999 e 2003); CHARTIER(1996); FREIRE (2002); JATOBA(1999); LEMOS(1999); MARCUSCHI(2001); SILVA(2002); SOUSA & CUNHA(2010).

A Educação de Jovens e Adultos é uma modalidade de Ensino que permite aos indivíduos regressarem à escola. Mas esse retorno não ocorre de forma simples, muito desses sujeitos desistem de estudar antes mesmo de começar o ano letivo. Ao fazer parte do Programa de Iniciação à docência, na Escola Antônio Bahia, deparamos com essa realidade, visto que a maioria dos Educandos não tinha uma frequência contínua nas salas de aula, a ausência dos mesmos era justificada pelo cansaço adquirido durante o longo dia de trabalho.

Para começar a pesquisa foi necessário realizar um breve histórico sobre a Educação de Jovens e Adultos no Brasil, assim adotou-se os estudos de alguns teóricos como: ARANHA(1996); ARROYO(2005); CHARLOT(2000); CURY(2002); DEMO(2002); FREIRE(2002); GADOTTI(2008); GHIRALDELLI JR.(2008); HADDAD E DI PIERRO(2000); MASAGÃO(1999); MOACIR(2000) SENNA(2003); SOARES(2002); WERNECK(1999). Esses autores fazem referência de como surgiu a escola no Brasil durante o período colonial até o nascimento da EJA.

Vale ressaltar que, um dos grandes cooperadores para o desenvolvimento desse trabalho, foi o saudoso idealizador dessa modalidade de ensino Paulo Freire (1987), no livro Pedagogia do Oprimido. O supracitado autor relata que precisamos dar a voz a esses sujeitos “oprimidos” e que o professor dessa modalidade de ensino não deve trazer para a sala de aula um ensino “bancário” onde o professor apenas ensina os conteúdos e as regras impostos nos livros didáticos sem contextualização com a realidade dos educandos.

Pensando em contribuir com o ensino aprendido dos educandos da EJA e no papel do professor, especial o de Língua Portuguesa, levantou-se por fim discussões acerca de alguns tipos de procedimentos pedagógicos no Ensino de Língua Portuguesa na Educação de Jovens e Adultos. Enfatizando, sobre o preconceito linguístico vivenciado por muitos educandos da EJA, o ensino da oralidade, da escrita e gramática normativa na sala de aula das turmas de EJA pelo professor.

## 5. Considerações Finais

O estudo sobre a Língua Portuguesa (o ensino da LP) na Educação de Jovens e Adultos permitiu compreender a grande importância do professor, em especial de Vernáculos, para a permanência dos Jovens e Adultos nas escolas de EJA.

É evidente que durante muitos anos esses Jovens e Adultos que abandonaram a escola por algum motivo em particular ficaram às margens da

Educação Brasileira. Mas, percebe-se, mesmo que lenta, uma preocupação dos governantes e da escola em trazer de volta esses sujeitos para o universo escolar.

Nesse contexto, o ensino de língua portuguesa pode contribuir significativamente para manter esses alunos na sala de aula, visto que muitos estudantes procuram a escola por causa da busca de emprego e/ou da qualificação profissional. Mas, para isso acontecer, o professor e a escola precisam elaborar junto um bom Projeto Político Pedagógico que leve em consideração, além dos conteúdos programáticos, o contexto social vivenciado por esses sujeitos ricos em histórias reais.

Sabe-se que a maior dificuldade dos alunos da EJA no ensino da língua portuguesa está relacionada ao ensino das regras gramaticais impostas pela gramática normativa, por isso, é importantíssimo, ao ensiná-la, contextualizá-la com o contexto sócio-histórico-cultural do aluno e com diversos gêneros textuais.

Não é fácil para o educador ensinar numa turma heterogênea, com diferentes faixas etárias e com conhecimento de mundo diferenciado. Mas, o professor tem o papel crucial na vida desses educandos, visto que, além de transmitir os conteúdos, eles precisam oferecer condições e motivações para que esses educandos retornem a escola durante o ano e a sua permanência nas séries posteriores.

Nesse cenário, os educandos precisam se sentir acolhidos não só na sala de aula pelo professor e colegas, mas em todos os espaços do universo escolar. Em suma, é preciso que o governo invista mais na Educação de Jovens e Adultos e que os professores possam se qualificar para essa modalidade de ensino, pois apenas dessa forma poderemos ter uma educação mais igualitária na sociedade brasileira.

## Referências

Antunes, Irandê. **Aula de português: encontro & interação**. São Paulo: Parábola, 2003.

-----, **Muito além da gramática**: por um ensino de línguas sem pedras no caminho São Paulo: Parábola, 2007.

ARANHA, Maria Lúcia de A. **A história da educação**. São Paulo: Moderna, 1996.

ARROYO, Miguel González. Educação de jovens – adultos: um campo de direitos e de responsabilidade pública. In: SOARES, L. (Org.). **Diálogos na educação de jovens e adultos**. São Paulo: Autêntica, 2005.

BAGNO, Marcos. **Norma linguística**. São Paulo: Loyola, 2001.

BAGNO, Marcos. **Português ou brasileiro?** Um convite à pesquisa. 4.ed. São Paulo: Parábola, 2004.

BAGNO, Marcos. **Preconceito linguístico**: o que é, como se faz? 45.ed. São Paulo: Loyola, 2006.

BECHARA, Evanildo. **Ensino da gramática**: opressão? Liberdade? 4.ed. São Paulo.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais**: Introdução. Brasília: MEC/SEF, 1997. V.1.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais**: Língua Portuguesa. Brasília: MEC/SEF, 1997. V.2

CHARLOT. Bernar. **Da relação com o saber– Elementos para uma teoria**. Porto Alegre. Artes Médicas, Sul, 2000.

CHARTIER, Anne-Marie; CLESSE, Chistiane; e HEBRARD, Jean. **Ler e escrever**: entrando no mundo da escrita. Porto Alegre: Artmed, 1996.

CURY, Augusto Jorge. **Superando o cárcere da emoção – A pior prisão do mundo**. São Paulo: Ed. Academia de inteligência, 2000.

DEMO, Pedro. **Educar pela pesquisa**. 8. ed.: São Paulo: Autores associados, 2007.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra S/A, 1997.

FREIRE, Paulo. **Política e Educação**: ensaios. 5. ed. – São Paulo: Cortez, 2001.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, Freire, 1987

FREIRE, P. **Ação cultural para a liberdade e** outros escritos. 10. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

GADOTTI, M.; ROMÃO, J. E. **Educação de jovens e adultos**: teoria prática e proposta. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

GHIRALDELLI JR., Paulo **História da Educação**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2000.

GHIRALDELLI JR, Paulo. **História da educação brasileira**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

HADDAD, S.; DI PIERRO, M. C. **Escolarização de jovens e adultos**. Revista Brasileira de Educação, São Paulo, n. 14, p. 108-130, 2000.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. **Da fala para a escrita**: atividades de retextualização. São Paulo: Cortez, 2001.

SAVIANI, Dermeval. **Escola e democracia**: teorias da educação, curvatura da vara, onze teses sobre a educação e política. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1983.

SENNA, Luiz Antônio Gomes (2004). De Vygotsky a Morin: **entre dois fundamentos da educação inclusiva**. Informativo Técnico-Científico Espaço (Inês), Rio de Janeiro, 2004.

SOARES, Magda. **Alfabetização e letramento**. São Paulo: Contexto, 2005  
São Paulo: Ática, 1989.

SOARES, Leôncio José G. **Educação de jovens e adultos**. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

SOUSA, Kezia Costa de. & CUNHA, Nathan da Silva. **Perfil dos alunos de educação de jovens e adultos de Teresina**. Disponível em: [http://www.google.com.br/url? sa, visto em 23 de agosto de 2017](http://www.google.com.br/url?sa, visto em 23 de agosto de 2017).

RIBEIRO, Vera M. Masagão. **Alfabetismo e atitudes** Pesquisa junto a jovens e adultos. Campinas/SP: Ação Educativa/Papirus, 1999.

WERNECK, Hamilton. **Se a boa escola é a que reprova, o bom hospital é o que mata**. 4. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 1999.